



MODECOR
A evolução do móvel

623/2001/001/2001



AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - CID

Ref. Processo Administrativo 623/2001/001/2001

Auto de Infração nº245/2001

MODECOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, sediada na cidade de Tocantins, Estado de Minas Gerais, à Rua José Rodrigues Marques, nº900, Bairro Várzea, inscrita no CNPJ sob o nº41.755.901/0001-70, inscrição estadual nº690.789.543-00.14, neste ato representada por seu sócio-gerente **José Márcio Henrique Pires** infrafirmado, vem, à ilustre presença deste órgão apresentar, tempestivamente, **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO/COM EFEITO SUSPENSIVO**, visando rever o julgamento proferido pela CID em reunião de 20/07/2004 que aplicou multa no valor de R\$13.301,78 à nossa empresa, pelos motivos que a seguir expõe-se:

DOS FATOS

Em 08/10/2001 nossa empresa foi vistoriada por agente deste órgão que entendeu por bem em lavrar, na data de 06/11/2001, o auto de infração de número 245/2001.

O motivo de lavratura do auto foi o pretenso cometimento da infração prevista no **item 1 do parágrafo 3º do Art.19 do Decreto nº39.424**, ou seja, ***“dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem a licença de Operação.”***

Tempestivamente apresentamos defesa.

A apreciação do auto em epígrafe foi incluída na pauta da CID de 12/11/2003, ocasião na qual comparecemos perante este ilustre órgão ambiental.

FEAM 18/10/2004 10:42 - 130998/2004

NARF



MODECOR
A evolução do móvel



O processo foi retirado de pauta e baixado em diligência para se conferir o porte da empresa.

Em 20/07/2004 foi novamente apreciado, tendo a Câmara decido por aplicar uma multa de R\$13.301,78.

DOS MOTIVOS

Nossa empresa sempre foi exemplo de preocupação com o meio ambiente e, desde já solicitamos a esta Câmara que seja sensível a esta realidade fática que tanto nos diferencia de outras que se apresentam como violadoras constantes das normas ambientais e que, em função disto, são freqüentadoras assíduas destas Câmaras e reincidentes notórias.

Nunca praticamos qualquer ato que redundasse em quaisquer prejuízos ao sistema ambiental que nos cerca, muito pelo contrário, buscamos preservar todo tipo de fauna e flora à nossa volta, inclusive o curso do rio lindeiro.

Por nossa própria iniciativa e arcando com todos os custos executamos um plantio de árvores em torno de nosso galpão e implantamos um projeto de preservação e recuperação da fauna de aves nativas.

Estas e outras iniciativas estão informadas também em nossa defesa inicial, razão pela qual não detalharemos mais tais argumentos.

O fato é que no curso da análise do auto de infração em tela a legislação ambiental caminhou, sabiamente, no sentido de criar mecanismos de diferenciação entre empresas sérias e preocupadas com proteção ambiental que, por problemas formais não estavam plenamente em acordo com a legislação e outras que, deliberadamente, desrespeitam normas e agredem o nosso patrimônio comum.

Desta feita embasamos nosso pedido de reconsideração no fato de que o Decreto 43.127/02 modificou o então vigente Decreto 39.424/98, alterando a classificação de infrações graves e gravíssimas, dispondo o seguinte:

FEAM 18/10/2004 10:42 - 130998/2004



MODECOR

A evolução do móvel



"Art.1 (...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

(...)

Art. 3º - As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa."

Desta forma, fica claro que a infração a nós atribuída passou de gravíssima para grave, pois, somente será considerada gravíssima se for constatado que houve poluição ou degradação ambiental e em nosso caso não ocorreu nenhuma destas duas hipóteses, como se demonstra pela análise das peças que compõe este processo.

Aliás, muito pelo contrário, nossa situação era tão favorável que obtivemos a licença em pouco tempo, tamanha a responsabilidade ambiental que sempre tivemos.

Assim, e levando-se em consideração que o Art.3º deste mesmo decreto deixa claro que as modificações introduzidas por ele têm incidência em todos os processos que ainda estejam sujeitos a recurso, como é o caso deste auto, entendemos que deva ser desclassificada nossa infração, passando a ser considerada grave.

Em sendo uma infração grave, e estando presentes todas as outras condições, cabe em nosso caso a conversão da pena de multa em advertência, conforme previsto na Deliberação Normativa COPAM nº61 de 12 de Dezembro de 2002 de forma tão clara que vale reprodução:

"ART6º - As disposições desta Deliberação normativa incidem nos processos em tramitação sem decisão administrativa definitiva.

Parágrafo único - Se nos processos de aplicação de penalidade já iniciados, verificar-se que o autuado restabeleceu as condições, padrões e normas pertinentes, a multa eventualmente aplicada será convertida em advertência."

Além dos argumentos expostos entendemos que no caso em estudo é cabível também a transformação da multa em obrigação de

FEAM 18/10/2004 10:53 - 130998/2004



MODECOR

A evolução do móvel



execução de medidas ambientais extras conforme previsão também do Decreto supramencionado no qual se observa os seguintes dispositivos:

“Art. 6º - Para o exercício da competência estabelecida no artigo anterior, incluem-se nas atribuições de controle, preservação e melhoria do meio ambiente do COPAM, as seguintes: (...)”

IX - homologar acordos, visando à transformação de penalidade pecuniária em obrigação de execução de medidas de interesse de proteção ambiental, além das exigidas em lei;(...)

Art. 21 (...)

§ 7º - A multa aplicada poderá ser transformada em obrigação de execução de medidas de interesse de proteção ambiental, além das exigidas por lei, conforme Deliberação Normativa do COPAM.”

Assim, desde já a empresa se dispõe a executar as medidas que forem previamente acertadas com este órgão.

Ainda cumpre argumentar que o Decreto 43.127/02 também alterou os valores das multas prevendo multa mínima de R\$3.193,36 (três mil, cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos) para o caso da infração grave.

DO PEDIDO

Posto isso,

Considerando que a recorrente não teve, como não tem, a intenção de descumprir qualquer legislação ambiental;

Considerando, que foi constatado que não houve qualquer prejuízo ao meio ambiente e que houve tão somente uma irregularidade formal, sendo que na prática a empresa se destaca pelo respeito ao ambiente que lhe cerca como se demonstrou acima.

Considerando que, houve uma modificação na legislação que determinou nova classificação para as infrações com a conseqüente aplicação de outro tipo de penalidade;

Considerando por fim a importante função preventiva e orientadora que também entendemos caber a este órgão e que já foi plenamente cumprida.

FEAM 18/10/2004 10:53 - 130998/2004



MODECOR

A evolução do móvel



A recorrente vem requerer que V. Sa., se digne de:

- receber o presente recurso, inclusive em seu efeito suspensivo;

- no mérito, julgar improcedente autuação em tela, Auto de Infração nº245/2001, reconsiderando a decisão de 20/07/2004, absolvendo a empresa de qualquer penalidade, principalmente em face de se acharem satisfeitas todas as exigências que deram causa ao auto de Infração e pelo cumprimento real de toda a legislação ambiental.

Na hipótese de não acatamento do pedido acima, por prudência, requer a recorrente que:

- seja desclassificada a infração para o grau considerado grave e, por conseguinte, que lhe seja aplicada a pena de advertência conforme permissivo legal;

- seja formulado e proposto termo de acordo para conversão da pena pecuniária em medidas ambientais a serem executadas pela empresa.

Requer ainda, na improvável hipótese de aplicação de multa, que está seja fixada no mínimo legal de R\$3.193,36 com a incidência da redução prevista no §6º do Art.21 do Decreto 39.424 alterado pelo Decreto nº43.127/02.

Nestes Termos,

Pede e Espera Acolhida, tendo certeza de que os pedidos acima formulados são justos, possíveis e adequados.

Tocantins, 15 de Outubro de 2004.


MODECOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

José Márcio Henrique Pires

Moddecor Ind. e Com. Ltda.

FEAM 18/10/2004 10:53 - 130998/2004